

ENTRE “ANTIGUIDADE TARDIA” E “ALTA IDADE MÉDIA”

Marcelo Cândido da Silva¹

Nós, historiadores, costumamos atribuir significado excessivo aos marcos cronológicos, a considerá-los como contingentes capazes de traduzir as mesmas características de um determinado espaço geográfico durante um longo período de tempo. Aquilo que chamamos de “Alta Idade Média” diz respeito, em sua acepção mais recorrente, à Europa, à Anatólia, ao Oriente Médio e ao norte da África num período compreendido entre os séculos V e X. Devemos, portanto, colocar a seguinte questão: qual é a singularidade presente nessas regiões ao longo desses séculos que justifica essa qualificação? A resposta é distinta segundo a filiação teórico-metodológica de cada autor. Numa abordagem recorrente nos livros didáticos até a década de 1980, em que se dava ênfase à dimensão cronológica do fenômeno, a Alta Idade Média é “simplesmente” o período situado entre a queda de Roma, em 476, e o século XI. Na maior parte dos manuais escolares e dos livros paradidáticos em circulação hoje no Brasil, e também em obras acadêmicas publicadas na Europa ao longo do século XX, a Alta Idade Média é o lócus da formação do feudalismo, uma espécie de antecâmara da Baixa Idade Média. Vejamos um exemplo. O livro didático *História Memória Viva: Da Pré-História à Idade Média* de Cláudio Vicentino, traz a seguinte afirmação:

O feudalismo foi um sistema econômico, social, político e cultural predominante na Idade Média. Ou seja, foi a forma de vida assumida pela maioria da população europeia durante parte do período medieval. A sua formação foi lenta e progressiva, durante toda a Alta Idade Média, alcançando o seu apogeu entre os séculos VIII e XIII (VICENTINO, 1995, p. 122).

¹ Professor de História Medieval da Universidade de São Paulo (USP), Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME), Pesquisador da Unité Mixte de Recherches – Histoire et Archéologie des Mondes Chrétiens et Musulmans Médiévaux (UMR 568 – Lyon/França), Colaborador permanente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMEd).

O pressuposto essencial dessa interpretação é a associação entre Alta Idade Média e a formação do feudalismo. Esse ponto de vista reflete a popularização das teses marxistas sobre a formação da Idade Média, para a qual em muito contribuiu o livro *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, de Perry Anderson. Esse autor retoma os postulados clássicos do materialismo histórico e dialético:

A catastrófica colisão dos dois modos anteriores de produção – o primitivo e o antigo – produziu a ordem feudal que se disseminou por toda a Europa medieval. Já estava evidente para os pensadores do Renascimento, quando esta gênese foi debatida pela primeira vez, que o feudalismo ocidental era resultado específico de uma fusão dos legados romano e germânico (ANDERSON, 1992, p. 123).

A Alta Idade Média seria, portanto, o teatro do choque entre o modo de produção primitivo e o modo de produção escravista, cuja síntese seria o feudalismo.

As implicações dessa postura são numerosas. Ainda que o próprio Karl Marx tenha preferido o conceito de *Formação Econômica e Social*, os adeptos do materialismo histórico ao longo do século XX construíram suas análises em torno do *Modo de Produção*, que restringe a Alta Idade Média à formação das relações feudais de produção. Ao considerarem as práticas jurídicas, as relações de parentesco, bem como as práticas religiosas, como **epifenômenos** do conjunto das relações de produção e das forças produtivas, os autores marxistas relegaram a um segundo plano temas como a Igreja, o parentesco ou a justiça. Alain Guerreau é um dos poucos autores que, influenciados pelo marxismo, integraram a Igreja às suas reflexões sobre a Idade Média. No entanto, de um modo geral, predominou entre os marxistas uma abordagem da Alta Idade Média determinista e profundamente marcada pela teleologia. Ao anunciar o período da **maturidade** do Feudalismo, ela seria apenas uma fase de transição – um tanto longa, diga-se de passagem – um mero instrumento para a compreensão dos séculos posteriores. Essa má reputação da Alta Idade Média não é monopólio dos autores marxistas. Não é raro deparar-se com manuais de história das ideias que, após abordarem Santo Agostinho, passam diretamente ao estudo da Teocracia Pontifícia ou mesmo de São Tomás de Aquino. É o caso, por exemplo, de E. Lewis, cujo livro - *Medieval Political Ideas* –, publicado em 1954, começa com a análise do *Dictatus papae* (1075). Dois outros livros publicados nas últimas décadas testemunham esse desequilíbrio. Em sua *Histoire de la pensée*

politique, J.-J. Chevalier consagra dezoito páginas aos primeiros séculos da Idade Média, enquanto a Baixa Idade Média é tratada ao longo de 64 páginas. No livro *Political Thought in Medieval Times*, de J. B. Morral, somente 16 páginas, de um total de 184, dizem respeito à Alta Idade Média. Esses casos pontuais ilustram uma tendência muito mais ampla, e ainda não completamente superada, de se considerar a Alta Idade Média como aquilo que os historiadores ingleses chamam de '*the dark ages*'. O período compreendido entre a "decadência" do mundo clássico (séculos III-V) e o "apogeu" do mundo medieval (séculos XI e XIII) tem um interesse praticamente nulo para esses historiadores, e constitui um mero interregno entre a constituição da *polis* e a emergência das monarquias nacionais (CÂNDIDO DA SILVA, 2003, 233-245).

Além disso, a historiografia francesa da primeira metade do século XX habituou-se a mostrar a Alta Idade Média como o fruto da decadência do mundo romano, da corrupção e mesmo do desaparecimento do legado antigo. Ferdinand Lot, por exemplo, estabelece uma relação de causa e efeito entre a crise do século III e a Idade Média. A primeira seria a matriz da segunda, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico ou cultural. Nas palavras do próprio autor, o retorno à economia natural equivaleria, economicamente falando-se, à Idade Média. Ou seja, a depreciação das moedas e o esgotamento das reservas de metal precioso teriam conduzido a práticas sistemáticas de troca, de pagamentos de impostos e de serviços com produtos *in natura*, todas elas típicas do período medieval. Política e socialmente falando-se, o Baixo Império representaria também o prólogo, a antecâmara da Idade Média. O Estado romano, depois das reformas empreendidas por Diocleciano e Constantino, ter-se-ia tornado uma maquinaria demasiado vasta, demasiado aperfeiçoada, demasiado complexa, e o Mundo mediterrâneo, em regressão desde o século III, não teria suportado esse fardo. No que se refere ao exercício do poder, prossegue F. Lot, o Estado foi obrigado a restringir seu campo de ação. Essa mesma necessidade teria acabado por provocar a fragmentação do Ocidente em uma série de pequenos Estados, **meio romanos, meio bárbaros**. Esses Estados teriam entrado num processo de fragmentação territorial que culminaria, no século XII, com o triunfo do Feudalismo. Para F. Lot, a separação entre o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente seria o prenúncio da fragmentação política do mundo medieval (LOT, 1991).

A renovação metodológica empreendida pelos *Annales*, sobretudo no tocante à contribuição dos medievalistas, não apenas teve como eixo a chamada Baixa Idade Média (poderíamos citar, nesse sentido, o clássico de Jacques Le Goff *O nascimento do purgatório*), mas também tendeu a tratar o período que do século V ao X de um ponto de vista teleológico. Para Marc Bloch, por exemplo, a Alta Idade Média é o momento em que se afirma no Ocidente uma “realeza sagrada” a partir da confluência das tradições mágicas da antiga Germânia e da prática veterotestamentária da unção régia. Essa “realeza sagrada” teria evoluído para a crença popular no milagre régio associado às monarquias francesa e inglesa a partir do século XII (BLOCH, 1993). Nessa mesma perspectiva, outro bom exemplo é o livro de Jean-Claude Schmitt, *História das Superstições*: para o autor, as reminiscências do paganismo pré-romano, que emergiram com a queda de Roma e foram combatidas sem sucesso durante toda a Alta Idade Média pela Igreja, explicariam a “reação folclórica” a partir do século XII (SCHIMITT, 1997, p. 103). Da mesma forma que nas abordagens marxistas, para esses autores, a Alta Idade Média é apenas o locus de gestação de realidades posteriores, essas sim, dotadas de alguma originalidade. Há pouco espaço, nessas interpretações, para um olhar sobre os primeiros séculos da Idade Média em sua especificidade. Este talvez seja o maior desafio dos estudos sobre esse período: abandonar a ênfase nos desdobramentos posteriores, seja das relações feudovassálicas, seja das superstições pagãs, seja da Realeza, e concentrar-se nos elementos constitutivos e originais dos séculos VI-X.

Esse período é o pivô de uma disputa política pelo passado, e as afirmações dos especialistas desse período são usadas como base para reivindicações sobre o passado e sobre o futuro. Segundo P. Geary, provavelmente nenhum outro período da história foi tão obscurecido pela academia nacionalista e chauvinista. Essa pseudo-história parte do princípio de que os povos da Europa são distintos e estáveis, unidades socioculturais objetivamente identificáveis, e são diferenciados pela língua, pela religião, pelos costumes e pelo caráter nacional, que não seriam ambíguos nem imutáveis. De fato, não há nada de particularmente antigo nos povos da Europa ou em seu suposto direito à autonomia política. As atuais reivindicações por soberania na Europa Central e no Leste Europeu são uma criação do século XIX, um período que combinou as filosofias românticas de Hegel e Rousseau com a história “científica” e a filologia indo-europeia, produzindo o nacionalismo étnico. Os nomes dos povos podem soar familiares após mil anos, mas as realidades sociais, culturais e políticas encobertas por esses nomes eram

radicalmente diferentes do que são hoje (GEARY, 2005, p. 22-24). Mas, como reconhece o próprio Geary, acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças preexistentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. É preciso reconhecer que a identidade nacional não era a mesma no início da Idade Média. Ela tampouco constituía o mais importante dos vínculos sociais. O senhor e o camponês, os ricos e os pobres não estavam unidos por uma identidade nacional comum: o elemento de coesão identitária era segmentado por classes e podia ser ora a "România", ora a "Germânia".

Como contraponto às noções de ruptura e decadência do mundo romano, implícitas na expressão *Baixo Império*, a *Antiguidade Tardia* afirmou-se como o elo entre Antiguidade e Idade Média. Embora tenha se popularizado no final do século XIX com as obras do historiador da arte vienense Alois Riegl (*Spätantike*), é com H.-I. Marrou (*Antiquité Tardive*) e, sobretudo, com Peter Brown (*Later Antiquity*), na segunda metade do século XX, que o termo *Antiguidade Tardia* conquistou uma posição de destaque na reflexão historiográfica. Paul Veyne, no prefácio do livro de Peter Brown, *La genèse de l'Antiquité Tardive*, afirma que, uma vez dissipado o que ele chama de "nuvens fantasmagóricas", aparece o verdadeiro problema, que nada mais tem a ver com a queda de Roma: as inovações, as mutações e a criatividade do mundo romano durante a Antiguidade Tardia, as novas estruturas mentais, sociais, religiosas (VEYNE, 1983, p. 15). O problema está na posição em que se coloca o observador: de acordo com Peter Brown, temos uma tendência instintiva a julgar a criatividade de uma sociedade unicamente a partir de critérios estabelecidos para nós pela civilização clássica greco-romana. Nessa perspectiva, todo e qualquer distanciamento dos padrões culturais ou políticos consagrados por aquela civilização é encarado como prova irrefutável de decadência. A grande contribuição da noção de *Antiguidade Tardia* é ter situado a instalação dos bárbaros no Ocidente menos em termos de fim do mundo romano do que de um rearranjo de forças que conduziu à constituição de um mundo ainda marcado pela influência da *românia*, mas profundamente original. É esta a opção de Renan Frighetto em seu artigo *Transformação e tradição: a influência do pensamento político e ideológico do mundo clássico romano na Antiguidade Tardia*. O autor mostra como o legado político do período republicano foi recuperado na Espanha visigótica.

De fato, a deposição do imperador Rômulo Augusto, em 476, pôs fim ao Império Romano do Ocidente, mas de modo algum à influência que as tradições romanas exerciam sobre aquela região. É inegável que a cultura antiga exercia certa fascinação entre os bárbaros (SILVA, 2006). A língua latina continuou a ser utilizada para redigir atos de governo, contratos, ou mesmo para gravar inscrições. Há indícios do prestígio das escolas de gramática e de retórica na Gália do século V. Os bárbaros não destruíram as escolas, e seus reis atuaram como protetores de diversos letrados. Os séculos V a VII são marcados pela redação de várias *leges* bárbaras, tais como o *Pactus legis Salicae*, entre os francos, o Código de Eurico, entre os visigodos, o *Liber Constitutionum* entre os burgúndios. Esses textos são redigidos em língua latina por juristas, romanos ou bárbaros, com amplo conhecimento do Direito romano. As numerosas cópias de manuscritos do *Codex Theodosianus*, por exemplo, realizadas em Lyon e em Clermont, mostram a continuidade do Direito romano. A assimilação dos bárbaros foi facilitada pelo pequeno impacto demográfico que causaram: eles representavam, em média, cerca de 5% da população da Gália (no máximo 10% no Norte dessa região). Os autores cristãos não possuem uma “cultura à parte”: é na escola antiga que eles adquirem os elementos indispensáveis à sua formação. É o caso da importância da gramática para a exegese bíblica e da retórica para a pregação (SOT; BOUDET; GUERREAU-JALABERT, 2005, p. 53).

A crise do Império Romano é, sem sombra de dúvida, o tema de predileção da historiografia moderna, e de certa forma constitui o “mito da noção de Alta Idade Média. Para André Piganiol, esse é o mais importante dos problemas da história. O recenseamento feito em 1982 pelo historiador alemão A. Demandt, das diversas teses apresentadas para explicar esse fenômeno por historiadores, filósofos, economistas, etc., parece dar razão a Piganiol: nada menos que 210 hipóteses, distintas e/ou complementares, tinham sido apresentadas até aquele ano para elucidar a crise do Mundo Antigo e o desaparecimento do Império Romano do Ocidente. Acrescente-se a isso a verdadeira revolução ocorrida nos últimos trinta anos, a qual levou os historiadores a questionarem as noções de “crise do Mundo Antigo” e de “fim do Império Romano”, e teremos um quadro ainda mais complexo. De fato, a reavaliação de que é objeto o Império Romano Tardio em trabalhos recentes faz com que esse período seja cada vez menos visto pela ótica da “decadência”. A existência da “crise do século III” vem sendo questionada (CARRIÉ;

ROUSSELLE, 1999, p. 192-337)², da mesma forma que a própria noção de "invasões bárbaras". Poucos historiadores hoje creem que a chegada dos francos, dos burgúndios ou dos ostrogodos tenha marcado, de fato, uma ruptura com o legado romano³. Para muitos historiadores, a sobrevivência do Império não era uma "ficção constitucional", um meio utilizado pelos círculos nostálgicos da "romanidade" para mascarar a emergência de reinos autônomos no interior das fronteiras do Império. No entanto, há também aqueles, como Bryan Ward-Perkins, que acreditam que o Império Romano efetivamente morreu vítima de invasões bárbaras violentas, que houve um colapso catastrófico do mundo romano e que os "Dark Ages" foram efetivamente tempos sombrios (WARD-PERKINS, 2005).

É bastante relevante o papel desempenhado pela historiografia cristã, bem como pela historiografia de inspiração senatorial, na construção e na difusão de uma "lenda negra" em torno da chamada *crise do século III* e da entrada dos povos bárbaros no interior do Império. Até um período relativamente recente, os historiadores escreveram a história do século III reproduzindo de maneira acrítica as biografias pitorescas dos imperadores daquele período escritas no final do século IV por um escritor pagão sob o título de *Historia Augusta*. Análises recentes desse texto revelam muito mais os mecanismos narrativos e discursivos dos meios intelectuais pagãos do final do século IV do que a história do século III. Havia também nesses meios pró-senatoriais uma clara atitude nostálgica, que consistia em valorizar o período que chamamos "Alto Império" em detrimento da "decadência posterior". Se nos reportamos às obras dos autores cristãos da Antiguidade Tardia, observamos razões distintas, mas não menos importantes, para os abundantes relatos que acentuam as calamidades daquele tempo. Eusébio, Ambrósio de Milão e outros historiadores cristãos apresentam um quadro catastrófico do Império Romano Tardio: as epidemias devastadoras, as invasões bárbaras, as guerras civis e as mortes violentas de imperadores e outros personagens importantes seriam castigos enviados por Deus em resposta

² Ver também o excelente dossiê publicado por Durliat na revista *Francia*, e que trata da renovação dos estudos sobre o Baixo-Império e os primeiros séculos da Idade Média ["Qu'est-ce que c'est le Bas-Empire? A propos de trois ouvrages récents", Durliat (1989, p. 137-154); "Bulletin d'études protomédiévales – La Loi", Durliat (1993, p. 79-95); "Bulletin d'études protomédiévales – Systèmes de pensée", Durliat (1995, p. 129-151); "Bulletin d'études protomédiévales – Les institutions et les hommes", Durliat (1998, p. 231-244).

³ A esse respeito, ver Classen (1977); Tessier (1962); Vezin (1980).

às perseguições sofridas por seus fiéis. Essa leitura dos eventos contemporâneos explica-se também pelo caráter teleológico da reflexão historiográfica cristã: no interior de comunidades ainda profundamente marcadas pelo ideal salvífico, os acontecimentos apocalípticos eram a melhor demonstração da iminência do retorno do Cristo.

O culto literário está em decadência e também morre nas cidades da Gália. Assim, enquanto se cumpriam as boas e as más ações, que a barbárie dos povos se desencadeava, que as violências dos reis redobravam, que as igrejas eram atacadas pelos heréticos e protegidas pelos católicos, que a fé do Cristo tornava-se mais ardente em alguns, mas esfriava em outros; que as igrejas eram enriquecidas pelos devotos e despojadas pelos infiéis, não se encontrava um só letrado suficientemente versado na arte da dialética para descrever tudo isso em prosa ou em versos métricos. Muitos lamentavam-se dizendo: 'Infeliz de nossa época pois os estudos literários morreu e que não se encontra entre o povo ninguém capaz de consignar por escrito os eventos atuais'. Ora, como eu ouvia incessantemente essas afirmações e outras semelhantes, achei que para que a lembrança do passado se conservasse, ela deveria chegar até o conhecimento dos homens ainda que sob uma forma grosseira. Eu não podia silenciar os conflitos dos maus nem a vida daqueles que vivem honestamente. Fui estimulado sobretudo pois ouvi várias vezes ao meu redor que um reitor ou um filósofo é compreendido por poucos, mas aquele que fala a língua vulgar é escutado pela massa (GREGÓRIO DE TOURS, 1996, p. 31).

Essa descrição tem sido apontada como um dos melhores indícios da decadência da tradição literária clássica. É o que parece, mas apenas à primeira vista. As referências ao tempo atual marcado pela decadência devem ser entendidas no contexto da escatologia típica do discurso episcopal. Além do mais, o bispo de Tours faz um exercício de *humilitas* ao salientar suas limitações literárias, da mesma forma como outrora vários autores antigos. As declarações de inaptidão literária de Gregório de Tours são um bom exemplo de "topos" retórico.

Como falar em ruptura se, do ponto de vista sociológico, como bem mostrou M. Heinzmann, os bispos católicos são herdeiros diretos da aristocracia senatorial romana e seus epitáfios são redigidos da mesma forma que na época imperial? Claro que não se podem desprezar as críticas dos autores cristãos à cultura clássica, mas essas críticas não são

por si sós uma prova de ruptura: elas são inclusive desenvolvidas de acordo com as regras da retórica. Gregório de Tours denuncia o "falacioso Virgílio", mas cita-o cerca de trinta vezes. Cesário de Arles, por exemplo, compara as artes liberais às pragas do Egito: os cantos dos poetas são vãos e servem apenas para entreter a imoralidade, segundo ele. Daí o apelo à depuração da cultura para eliminar todo resquício de paganismo. O mesmo Cesário pedia humildemente que os letrados se contentassem em suportar sem reclamações as expressões rústicas, de modo que o rebanho do Senhor pudesse receber o alimento celeste em uma linguagem simples e terra a terra.

"Adaptação", esse é um termo mais apropriado do que decadência ou 'barbarização' para se explicar a trajetória do latim na Alta Idade Média. Apesar de uma formulação que pode parecer anacrônica e distante do latim clássico, o elemento romano é fundamental. Para citar apenas um exemplo, das 3506 palavras com a inicial "M" mencionadas no '*Novum glossarium mediae latinitatis*', 2250 não são atestadas no latim clássico. Eis a criatividade inerente a esse período que escapa invariavelmente às perspectivas teleológicas. É também na Alta Idade Média que aparece o primeiro fragmento conhecido em língua vernácula. Trata-se do Juramento de Strasbourg, de 842: '*Pro Deo amur et pro christian poble et nostro commun salvamen [...]*'.

O uso da expressão *Alta Idade Média* não indica necessariamente a crença em uma ruptura entre Antiguidade e Idade Média. Essa expressão não é incompatível com aquilo que mostra R. Frigetto em seu artigo: a saber, a recuperação da tradição política e cultural que remonta ao período republicano romano na Espanha visigótica, e como a noção de monarquia, inicialmente considerada uma forma negativa de organização da sociedade política, passa a ser positivada nos trabalhos de Isidoro de Sevilha. Sem querer atribuir significado excessivo aos marcos cronológicos, creio que a expressão *Alta Idade Média* é mais adequada do que *Antiguidade Tardia* à plasticidade das sociedades romano-bárbaras que emergem a partir dos séculos V e VI. Ela permite que se enxerguem os primeiros séculos da Idade Média como um lócus de reinvenção da herança clássica, um espaço da construção de fenômenos específicos e originais, por exemplo, no domínio literário, o latim 'altomedieval', no domínio da história política, a Realeza Cristã, e, no domínio da economia rural, o 'Grande Domínio'.

Partindo do pressuposto que a História se faz a partir de muitas coisas, “inclusive” a partir das fontes, o principal problema que se coloca para o especialista dos séculos V a X é o da discrepância em relação aos testemunhos escritos e aos vestígios materiais legados pela chamada Baixa Idade Média. Até o século XI, dispomos de cerca de 4000 cartas e privilégios pontificais; para o período compreendido entre 1198 e 1378, há 270 000 cartas e privilégios pontificais conhecidos; no que se refere aos séculos XIV e XV, temos 900 000 súplicas endereçadas ao papado para a emissão de atos. Se tomarmos apenas o período compreendido entre os séculos VII e IX, dispomos de apenas 2000 manuscritos e fragmentos de manuscritos (GUYOTJEANNIN, 1998)

O conhecimento das sociedades da Alta Idade Média foi profundamente renovado ao longo das duas últimas décadas através de uma releitura crítica das fontes e de uma perspectiva interdisciplinar. A Arqueologia, a Antropologia, a Sociologia e a Linguística conduziram a novos questionamentos que rendem seus frutos e suscitam um interesse crescente entre os estudantes e os pesquisadores. Por outro lado, o recurso à antropologia não é por si só capaz de paliar a carência de fontes. Cabe ressaltar que essa carência engloba também os vestígios materiais. A arquitetura monumental anterior ao século IX é conhecida sobretudo graças às fundações de suas ruínas: raros são os edifícios que escaparam da atividade (re)construtora dos príncipes carolíngios. Os materiais iconográficos são praticamente inexistentes para o período anterior ao século VIII. Não há “criatividade metodológica” ou fórmulas mágicas capazes de suprir a carência de testemunhos escritos e de vestígios da vida material dos séculos V a X. É preciso que tenhamos em mente essa limitação estrutural ao nos lançarmos no estudo desse período. Isso dificulta em muito as grandes sínteses que marcaram a História Medieval nas últimas décadas, mas força o historiador a ser mais cauteloso em seu trabalho, evitando assim de preencher as lacunas documentais com ideias e (pré)conceitos dos séculos XIX e XX. Nesse sentido, o enfoque de R. Frighetto na História Política me parece duplamente feliz: em primeiro lugar, ele mostra que a análise dos textos não pode ser substituída pelo recurso ao ficcional; em segundo lugar, sua opção é coerente com o movimento que assistimos nos últimos anos de retomada da História Política e da percepção segundo a qual o poder constitui terreno privilegiado para a compreensão das práticas sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1992.
- BLOCH, M. *Os reis taumaturgos: ensaio sobre a concepção sobrenatural associada ao poder real na França e na Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BROWN, P. *La genèse de l'Antiquité Tardive*. Paris: Galliamard, 1983.
- CÂNDIDO DA SILVA, M. O poder na Idade Média entre a história política e a antropologia histórica. *Signum*, São Paulo, v. 5, p. 233-252, 2003.
- CÂNDIDO DA SILVA, M. *476: a queda de Roma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- CARRIÉ, J.-M; ROUSSELLE, A. *L'Empire romain en mutation des Sévères à Constantin*, 192-337. Paris: Seuil, 1999.
- CLASSEN, P. Kaiserreskript und königsurkunde. Diplomatische studien zum problem der kontinuierität zwischen altertum und mittelalter. *Byzantine Texts and Studies*, v. 15, p. 17-41, 1977.
- DURLIAT, J. Qu'est-ce que c'est le Bas-Empire? A propos de trois ouvrages récents. *Francia*, v. 16, n. 1, p. 137-154, 1989.
- DURLIAT, J. Bulletin d'études protomédiévales – La Loi. *Francia*, v. 20, n. 1, p. 79-95, 1993.
- DURLIAT, J. Bulletin d'études protomédiévales – Systèmes de pensée. *Francia*, v. 22, n. 1, p. 129-151, 1995.
- DURLIAT, J. Bulletin d'études protomédiévales – Les institutions et les homes. *Francia*, v. 25, n. 1, p. 231-244, 1998.
- GEARY, P. *O mito das nações*. São Paulo: Conrad, 2005.
- GREGÓRIO DE TOURS. *Histoire des Francs*. Trad. R. Latouche. Paris: Les Belles Lettres, 1996.
- GUYOTJEANNIN, O. *Les sources de l'histoire médiévale*. Paris: Le Livre de Poche, 1998.
- LOT, F. O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1991.

- SCHMITT, J.-C. *História das superstições*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- SOT, M.; BOUDET, J.-P.; GUERREAU-JALABERT, A. Le Moyen Age. In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F (Org.). *Histoire culturelle de la France*, 2. ed. Paris: Seuil, 2005. t. 1, p. 53.
- VEYNE, P. Préface. In: BROWN, P. *La genèse de l'Antiquité Tardive*. Paris: Gallimard, 1983. p. 15.
- TESSIER, G. *Diplomatique royale française*. Paris: Picard, 1962.
- VEZIN, J. L'influence des actes des hauts fonctionnaires romains sur les actes de Gaule et d'Espagne au VIIe siècle. In: COLLOQUE HISTORIQUE FRANCO-ALLEMAND. 14., 1977, Munique. *Actes...* Allemand, Munique: Artemis Verlag, 1980. p. 71-74.
- VICENTINO, C. *História memória viva: da pré-história à idade média*. São Paulo: Scipione, 2006.
- WARD-PERKINS, B. *The Fall of Rome and the end of civilization*. Londres: Oxford University Press, 2005.